



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 815/2004	DATA: 7/6/2004
INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 12h56min	DURAÇÃO: 2h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h33min	PÁGINAS: 43	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ÍRIS TAVARES – Deputada da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.
CHICO LOPES – Deputado Estadual.
MARIA LUÍZA FONTENELLE - Representante da União das Mulheres Cearenses.
FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO – Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará.
MARIA DE FÁTIMA SOARES GONÇALVES – Representante da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará.
JOSÉ NIVALDO FREITAS DA SILVA – Representante da Secretaria de Segurança Pública.
VANJA FONTENELE PONTES – Promotora de Justiça, representante do Conselho Estadual de Direitos Humanos.
MAX SWELL VERAS RIBEIRO – Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Cidadania — IBRADEC.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos acerca de crimes praticados por grupos de extermínio no Estado do Ceará.

OBSERVAÇÕES

- Há oradores não identificados.
- Há intervenções inaudíveis.



O SR. MARCOS CALS - Senhoras e senhores, cumprimento o Exmo. Sr. Bosco Costa, Presidente da CPI sobre grupos de extermínio no Nordeste; o Exmo. Sr. Deputado Federal Luiz Couto, Relator; o Exmo Sr. Deputado Federal Geraldo Thadeu, membro titular; o Exmo. Sr. Deputado Federal João Alfredo, membro titular, ex-companheiro de Assembléia Legislativa e que dignificou este Parlamento; a Exma. Sra. Deputada Estadual Íris Tavares, representando a Comissão de Direitos Humanos desta Casa; o Exmo. Sr. Secretário de Segurança, Dr. Wilson Nascimento. A Assembléia Legislativa cumprimenta os demais presentes. É uma alegria tê-los nesta Casa. A Assembléia Legislativa, dando continuidade aos importantes eventos que temos para o Estado do Ceará, para o Nordeste e para o Brasil, sente-se orgulhosa em recebê-los neste momento em que vamos tratar de assunto pertinente e relevante, que dá transparência à sociedade, em especial à sociedade cearense. Tenho dito, Srs. Deputados, que esta Casa tem sido cada vez mais aberta. Precisamos disso. Buscamos trazer diversos temas para o debate. Vários deles muitas vezes não agradam nem a este Poder, mas faço questão, como Presidente da Mesa deste Colegiado, de trazê-los ao debate, para darmos essa transparência à população. Dessa maneira, contamos com a participação constante da população no prédio sede da Casa, com as Comissões Permanentes se deslocando para o interior do Estado, em sessões itinerantes no interior do Estado, em que discutimos a demanda da região. Com isso damos seqüência às discussões e às pretensões e demandas do Estado do Ceará, que fortalecem e aprofundam cada vez mais nosso conhecimento e nos atualizam. Posso citar outras atividades nossas, como A Escola e o Parlamento, com palestra semanal de prevenção do uso de drogas. Na semana passada, o Deputado Federal Luiz Couto esteve acompanhando a CPMI sobre abuso sexual de crianças e adolescentes. Essas atividades têm sido constantes, fazendo com que possamos ficar cada vez mais sintonizados com os anseios da nossa sociedade. Damos esse importante passo. A Presidência desta Casa tem buscado implementar infra-estrutura para que as pessoas possam deslocar-se a este Parlamento ou este Parlamento possa ir ao encontro das comunidades, fazendo esse debate. Tivemos renovação expressiva. Somos 46 Parlamentares. São 21 novos Parlamentares nesta Legislatura, o que oxigenou, movimentou e mobilizou mais a Casa e fez com que nós que somos os decanos desta instituição



podéssemos estar cada vez mais sintonizados com esse sentimento da sociedade. Consideramos da maior importância esta audiência pública da CPI do Extermínio no Nordeste. Precisamos dar um basta. Entendo que temos os instrumentos públicos para apurar e julgar quem quer que seja. Não precisamos de pessoas que não estão envolvidas no processo tomem a frente com tamanha brutalidade e arbitrariedade e decidam a vida de A, B ou C. Contamos também nesta Casa com o funcionamento da Comissão de Direitos Humanos, uma órgão permanente com excepcional infraestrutura, deixada à época pelo Deputado João Alfredo, que foi Presidente dessa Comissão. Temos, agregado a essa Comissão, o Escritório Frei Tito, que tem infraestrutura importante. Talvez sejam os que têm maiores condições de fazer essas atividades ou apurar esse tipo de ilícito. Não podemos conceber esse tipo de atividade ilegal no Estado do Ceará. Gostaria de dizer que estamos satisfeitos. Nesses 2 dias em que vamos conviver, esperamos que as pessoas possam vir a este Parlamento e aproveitar esta oportunidade. Como Poder Público, temos como obrigação ofertar o conhecimento à sociedade. E o Poder Público está dando oportunidade às pessoas que foram injustiçadas ou que assim se sintam para que possam vir com toda tranqüilidade e segurança fazer sua exposição, contribuindo para um Brasil mais justo, para um Ceará mais justo. Vou passar a palavra ao Deputado Federal Bosco Costa, que tem a competência para presidir a audiência pública da CPI sobre grupos de extermínio no Nordeste. Participaremos apenas como ouvintes, ao lado do Deputado Chico Lopes, Líder do PCdoB nesta Casa. Terei a grata satisfação de ficar ao seu lado, observando e aprendendo com os Srs. Deputados Federais que estão dignificando este Poder. Agradeço a presença de todos os senhores. Tem a palavra o Exmo. Sr. Deputado Federal Bosco Costa, Presidente da CPI sobre grupos de extermínio no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Declaro abertos os trabalhos da 27ª reunião da CPI que investiga os grupos de extermínio no Nordeste. Nesta abertura, já gostaria de deixar um registro de agradecimento ao Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, Deputado Marcos Cals, e aos demais presentes. Gostaria também de cumprimentar a Deputada Estadual Íris Tavares; o colega Deputado Federal pelo PT do Ceará que, tenho certeza absoluta, vem desempenhando papel de Parlamentar competente, atuante e irrequieto, defensor



dos interesses do Ceará e do Brasil, Deputado João Alfredo; o Relator desta CPI, Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, que, com visão de ex-Deputado Estadual e conhecendo a real situação do Nordeste brasileiro e particularmente da Paraíba, teve a felicidade de ser o autor do requerimento para criação e instalação desta CPI na Câmara Federal. O Deputado Luiz Couto também está desempenhando corretamente seu papel como Deputado Federal em Brasília. Cumprimento ainda meu caro companheiro de Minas Gerais, membro titular desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Geraldo Thadeu, que está ao nosso lado; o Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, Dr. Francisco Wilson Vieira do Nascimento, aqui presente. Senhoras e senhores, esta reunião tem o objetivo de ouvir os convidados, para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os grupos de extermínio no Nordeste. Convido para compor a Mesa a Dra. Maria de Fátima Soares Gonçalves, representante da Sra. Maria do Perpétuo Socorro, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Ceará. *(Pausa.)* Registro a presença da Sra. Maria Luíza Fontenelle, representante da União das Mulheres do Estado do Ceará. *(Pausa.)* Faço o registro também da presença do Sr. Delegado José Napoleão Timbó, Superintendente da Polícia Civil do Estado do Ceará; da Delegada Marta Monteiro, Diretora do Departamento de Polícia Metropolitana; do Delegado Jaime de Paula Pessoa, Delegado de Defraudações e Falsificações de Fortaleza; do Delegado José Nivaldo e da professora e ex-Vereadora Rosa Fonseca. *(Pausa.)* Não sei se algumas das pessoas que foram convidadas estão presentes: a Deputada Estadual Luizianne Lins; o Deputado Estadual Paulo Duarte; José Vasques Landim, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos (a Dra. Vanja Fontenele está representando o Sr. José Vasques Landim); e o Dr. João de Deus Barros, Presidente do Tribunal de Justiça. Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputados Estaduais, representantes de entidades e de órgãos governamentais, é fundamental entendermos, quando falamos de grupos de extermínio, que, hoje, a ONU tem uma resolução que diz que qualquer ação que resultar em morte for realizada de maneira extrajudicial, sumária e arbitrária é uma ação de extermínio.



Muita gente diz: *“Não, mas acontece que não tem grupo de extermínio”*. Um agente público mata alguém quando esse alguém teria o direito de ser julgado e, se condenado, cumprir a pena; alguém está na prisão e é eliminado por um agente público, também sem condição de defesa — essas são ações de extermínio. É execução que é feita, por agente público ou por agente privado. Acontece de o Poder Público não tomar as providências. Sabemos que há participação de agentes públicos na organização. Temos verificado que, por trás dos extermínios, sempre tem algum policial civil, algum policial militar, algum agente público, seja na execução, seja na organização do grupo, seja como mandante ou como financiador. Então, é nesse sentido que a ONU reconhece que, toda vez que o Estado também se omite na investigação de crimes que são chamados de crimes misteriosos, em que se tem a vítima, mas o inquérito não conseguiu trazer provas, ou houve interferência para que o inquérito não fosse à frente, passa o Estado a ser responsabilizado. Sr. Presidente, esta audiência foi resultado de uma proposição do Deputado João Alfredo, que, logo no início da CPI, apresentou esse requerimento. O requerimento tinha 2 partes: uma era a diligência e a outra era a audiência pública. Quando à diligência, foi a parte de Limoeiro, onde estivemos, eu, o Deputado João Alfredo, o Deputado José Pimentel. Ouvimos pessoas e pudemos trazer muitos dados importantes para a elucidação dos crimes que ali aconteceram. Depois, estivemos em Juazeiro, a partir do movimento de mulheres do Ceará, de defesa da questão das mulheres, da luta pela dignidade. Estivemos lá com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e pudemos verificar que diversas mulheres foram assassinadas, eliminadas, executadas. Muitas vezes, a ação de investigação não foi feita como deveria, embora em alguns casos tenha o Ministério Público trabalhado de forma correta — alguns já estão em fase de julgamento, para que as pessoas possam ser condenadas. Mas ainda há muita gente foragida, ainda há muitos mandantes e financiadores que também estão soltos. Daí a necessidade de uma ação para que eles sejam efetivamente presos e possam ser condenados, para servir de exemplo para a sociedade, que não aceita que alguém se arvore do direito de tirar a vida de outro. A lei determina que, se alguém cometer algum crime, deve ser julgado e, se condenado, deve pagar sua pena e voltar à sociedade, para não cometer mais o crime que cometeu. Sr. Presidente, quero dizer da alegria de estar



novamente no Ceará. Parabenizo o Deputado João Alfredo, porque estamos aqui devido a uma proposição apresentada por S.Exa. Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao nobre Deputado João Alfredo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Sr. Presidente desta CPI, Deputado Bosco Costa; Sr. Relator, Deputado e companheiro de partido Luiz Couto; Deputado Geraldo Thadeu, membro da CPI que também nos acompanha; companheira de partido Deputada Estadual Íris Tavares, que aqui representa a Comissão de Direitos Humanos, já que sua Presidente, a Deputada Luizianne Lins, não pôde, infelizmente, comparecer, por motivos de saúde; Deputado Chico Lopes, do PCdoB; ex-Deputada e ex-Prefeita Maria Luíza, em nome de quem saúdo os demais membros deste plenário; Sr. Secretário de Segurança, Dr. Nascimento; Dra. Fátima, que aqui representa o Ministério Público Estadual, penso que a vinda ao nosso Estado da CPI sobre grupos de extermínio, apesar de certo atraso, é muito importante. Primeiro, porque o Deputado Luiz Couto, como Deputado Federal, dá seqüência a um trabalho que já realizou no seu Estado, na Paraíba, quando investigou o crime organizado, trabalho esse que inclusive foi continuado pelo nosso companheiro Deputado Estadual Frei Anastácio. Não sei se as pessoas sabem, o Deputado Luiz Couto até hoje vive sob ameaça e conta com proteção policial, por ter assumido como bandeira do seu mandato, sempre ligado à questão dos direitos humanos, a defesa dessas vítimas, as vítimas de violência. Portanto, a CPI sobre os grupos de extermínio no Nordeste tem uma importância capital em uma região em que o crime de aluguel ainda é uma marca muito grande, infelizmente. Pouco depois que a CPI teve início, como bem relatou o Deputado Luiz Couto, tivemos o caso de Limoeiro do Norte, que chamou a atenção de todos nós: a execução de um radialista. Apareceram como suspeitos um Desembargador Federal e a sua esposa, a Prefeita daquela cidade. Então, inicialmente, a vinda dessa CPI estava vinculada a esse caso. Evidentemente, a partir daí, outras ações federais passam a ocorrer no Estado e passam a ter o acompanhamento dos membros desta CPI, mais especificamente do próprio Deputado Luiz Couto e da minha pessoa. Uma representação do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, acompanhada de membros desta CPI, esteve tanto em Limoeiro do Norte quanto na cidade de



Juazeiro do Norte, já em função dos casos ligados a crimes que vitimaram mulheres, todos com características comuns de um certo escritório do crime. A mobilização social tem uma presença muito forte da União das Mulheres Cearenses, aqui representada pelas ex-Parlamentares Maria Luíza Fontenelle e Rosa da Fonseca. Com isso, digo que encontramos características bem diferenciadas desses crimes de aluguel aqui no Estado. Na região do Cariri, há um fato, há uma ligação, são crimes relacionados à questão de gênero, mulheres são vítimas. Alguns deles estão vinculados a uma quadrilha que tem ramificações com outros crimes. Mulheres acabaram sendo mortas, algumas em função dos seus relacionamentos; outras, em função de queima de arquivo. Mas está tudo vinculado ali naquela região, na região do Cariri, sul do Estado do Ceará. Se formos à região do Vale do Jaguaribe, veremos que ali talvez a violência seja um caso endêmico, porque historicamente é uma região onde a pistolagem está muito ligada também ao poder político. Temos essa característica muito forte. Não é à toa que, depois da morte do radialista Nicanor Linhares, ocorreu uma chacina ali. Mas temos outros casos. Olho para o Deputado Chico Lopes e lembro do caso do nosso companheiro Vereador que era seu correligionário, cuja mulher foi assassinada na cidade de Santana do Acaraú. Portanto, um crime de características políticas. Ele também foi alvejado. Sua mulher, infelizmente, veio a falecer. Há crimes também aqui na própria cidade de Fortaleza. Recentemente foi morto um promotor. Ainda se investigam as causas. Há casos inclusive ligados a estabelecimentos comerciais, que formam verdadeiros aparatos paramilitares, que têm sido até investigados pela própria Polícia Federal. Então, são casos diferenciados que mereceram e merecem a atenção desta CPI. A parte da tarde será mais dedicada a alguns depoimentos de caráter mais reservado, até porque se trata de pessoas que vêm fazer denúncias graves, algumas inclusive ameaçadas de morte. Magistrados, membros do Ministério Público, cidadãos e cidadãs comuns deverão vir à tarde prestar depoimento. O que se espera, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Geraldo Thadeu, é que a vinda da CPI estimule ainda mais, pressione ainda mais, faça a pressão justa e necessária, no sentido de que o aparelho policial, que sabemos que ainda é insuficiente, devido aos reduzidos quadros, inadequados para essa situação, aja com mais presteza, com mais rigor, com mais eficácia, com mais rapidez. Mencione-se também o próprio Judiciário.



Muitas vezes esquecemos que o desaguadouro natural de todos esses inquéritos, sejam os da Polícia Civil, sejam os das próprias CPIs, é o Judiciário. Infelizmente, não contamos com a presença, apesar de ter sido convidado, do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça. Há casos no Judiciário — temos a APAVV, que trabalha com vítimas de violência no Estado do Ceará — que demoram 10, 15, 20 anos para serem julgados, o que, portanto, denota impunidade, e o maior aliado da violência é a impunidade. O que nós queremos, efetivamente, é que esses casos, que já são do conhecimento público, venham a ser julgados e sejam punidos os responsáveis. Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Geraldo Thadeu, sejam bem-vindos ao Estado do Ceará. Mais uma vez o Deputado Luiz Couto vem ao Estado; acho que, como Deputado Federal, já é a quarta vez, esteve em Limoeiro, em Juazeiro e acompanhando a CPMI sobre a exploração sexual. Já os demais estão vindo com esta CPI. Esperamos que essa atividade seja bastante eficaz e proveitosa no sentido de fortalecer a luta pelos direitos humanos, que é a luta contra a violência e a impunidade. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao nobre colega Deputado Geraldo Thadeu, 3º Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, Deputado Bosco Costa; Sr. Relator, Deputado Luiz Couto; Deputado João Alfredo; Deputada Estadual Íris Tavares; Sr. Secretário de Segurança, Dr. Francisco Wilson Vieira; senhora representante da Procuradoria-Geral de Justiça, Dra. Maria Soares Gonçalves, demais presentes, estamos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito acompanhando também os temas ligados aos direitos humanos, a questão da criminalidade e da violência em nosso País, que preocupa e, a cada dia que passa, atinge mais setores da sociedade. Vejo que esta CPI trará, sem dúvida nenhuma, resultados positivos, dentro desse trabalho de denúncia, de esclarecimento, para que possamos chamar a atenção principalmente das autoridades competentes para o combate ao crime organizado. Sem dúvida, a sociedade hoje vive intranquila, vive acuada. Temos visto por aí vários segmentos do crime organizado imperando pelo País. Roubo de cargas, tráfico de drogas. Esta CPI realmente tem a preocupação, dentro dos direitos humanos, de chamar a atenção para o problema, desvendar os casos e fazer com que sejam exemplarmente punidos aqueles que estão cometendo



esses crimes. É só dessa maneira que vamos realmente melhorar essa situação. Vejo o trabalho desta CPI, da equipe que nela vem atuando, do nosso Presidente Bosco Costa e do nosso Relator, com uma eficiência muito grande. Estão preocupados com a dignidade da vida das pessoas, com a tranquilidade do nosso povo. Sou de Minas Gerais, mas fiz questão de participar deste trabalho sobre os grupos de extermínio nos Estados do Nordeste, contribuindo para que não só no Nordeste, mas também em todo o País, no próprio Estado de Minas Gerais, possa haver depois uma apuração. O crime organizado está em todo o País, não é questão só do Nordeste. Todos os Estados brasileiros sofrem esse grave problema que atinge a nossa sociedade. Vejo aqui o povo do Ceará. Sem dúvida nenhuma, é um momento importante nesta Casa legislativa. Estamos sendo muito bem acolhidos no Ceará daremos a nossa contribuição para que possa a sociedade viver mais em paz. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra à nobre Deputada Íris Tavares.

A SRA. ÍRIS TAVARES - Bom dia a todos os presentes a esta audiência. Saudamos o Presidente da CPI, Deputado Bosco Costa, o Deputado Luiz Couto, o nosso companheiro Deputado Federal João Alfredo e o Deputado Federal Geraldo Thadeu, bem como os representantes da Secretaria de Segurança Pública do Estado e do Ministério Público Estadual. Na nossa intervenção, gostaríamos de levantar algumas questões que entendemos sejam de fundamental importância. Primeiro, é preciso entender a situação a que chegamos hoje no Estado do Ceará em relação à segurança pública, uma função que está colocada para o Governo, para o Estado, que tem de assegurar aos cidadãos o direito de ir e vir. Segundo, vivemos grande contradição. Situações chegaram ao extremo, em relação aos crimes, aos ataques constantes que cidadãos e cidadãs vêm sofrendo nesse cenário que se agigantou em redor de uma sociedade desigual como a que vivemos. E, infelizmente, o Estado não reconhece, não tem a capacidade de reconhecer que, na verdade, existe o crime organizado, as suas conexões, toda a teia que ele foi capaz de criar, tornando muito difíceis as relações entre as pessoas, o direito de elas irem e virem. Nós cearenses compreendemos que esse monstro alimenta a violência num Estado como este. Já existe grande violência em relação à questão social,



decorrente da desigualdade, de uma das piores distribuições de renda do mundo. Verificamos também que o aparato estatal poderia nos dar mais dignidade, mais segurança, só que não atua de forma mais consolidada, mais comprometida. Lá no Cariri — e falo com certa propriedade, porque sou filha daquela região e venho acompanhando já há algum tempo essas questões relacionadas a crimes —, esses casos não se evidenciam somente agora. Em 5 anos, mais de 40 mulheres foram executadas. São crimes bárbaros, desumanos. Mulheres foram violentadas. Crimes ocorriam assim, com a diferença, de um para outro, de 10, 15 dias; houve casos de crimes simultâneos, ou seja, 2 mulheres foram executadas ao mesmo tempo. E o aparato da própria Polícia Civil, da segurança pública do Estado, quando foi fazer as suas avaliações, dizia que aquilo era coisa que acontecia isoladamente, que não tinha nada a ver. É uma questão em relação à qual se gritava na região. As pessoas procuravam uma resposta mais concreta no sentido do compromisso, queriam que os inquéritos fossem instaurados, que os processos tivessem certa agilidade. Ressalto a importância desta CPI, um órgão federal. Tem a capacidade de descer aos Estados, a uma região como aquela. E vou apresentar de público isso aqui. No dia anterior à ida da Comissão à região do Cariri, tivemos uma certa alegria, por uma conquista. Alegre no sentido de ver que a coisa andou um pouco. Refiro-me à questão da Telma, uma das vítimas. O processo ficou engavetado durante anos. Ela foi morta de maneira bárbara. Então, coincidentemente, um dia antes de a Comissão fazer a visita, ouvindo as famílias das vítimas, advogados, promotores, delegados envolvidos nesses processos, recebemos essa notícia, que, para nós, foi de fato motivo de certa alegria, por entender que as coisas podem, de fato, se mover, diferentemente do que acontecia antes, quando havia paralisação, uma inércia tamanha. Acho que é importante dizer isto aqui. Precisamos cobrar do Estado um plano de segurança pública. Não temos conhecimento desse plano de segurança pública. A região do Cariri é estratégica, porque é uma região fronteiriça. Nós, ali, estamos de flancos abertos para 3 Estados: Pernambuco, Paraíba e Piauí. É tudo tão próximo que, subindo a Chapada do Araripe, em 40 minutos se chega ao Município de Exu. Então, há uma proximidade muito grande. Durante esse tempo todo, mesmo com a indiferença, com a falta de reconhecimento do Estado de que há uma teia, há uma rede organizada do crime aqui, nós passamos a vida inteira



acompanhando e testemunhando determinados episódios que tiraram vidas de dezenas de pessoas, de familiares daquela região. Posso mencionar casos de roubos de carga, tráfico de drogas, que são levadas para as praças de forma clara. Vende-se em praça pública maconha e tantos outros produtos. Eu diria que isso faz com que se perca o rumo, principalmente no que se refere à juventude daquela região. É de lá que a droga sai para outros locais do nosso Estado. Então, essa rede que envolve tráfico de drogas, tráfico de armas, roubo de cargas conseguiu se aparelhar. E nesses crimes ocorridos na região tem, evidentemente, uma perna, um braço ou um dedo dessa conexão, tanto no sentido de cooptar as pessoas como também no sentido de usá-las para desviar as investigações. Queria inclusive dizer que a Polícia Federal, depois que se instalou na região, nos deu provas cabais em relação à necessidade, à urgência que temos, a sociedade organizada, de cobrar do Governo esse plano de segurança pública. Eu diria que não vamos acabar com a violência, porque é um fenômeno que reconhecemos que está na sociedade. É necessária uma grande articulação para que se possa projetar uma educação para humanizar as nossas relações sociais. Mas precisamos acabar com essa vergonha, traduzida hoje no semblante de centenas de mulheres da região do Cariri, do Estado do Ceará, onde terminamos sendo as vítimas em potencial de determinadas ações planejadas, arquitetadas, que colocam as mulheres como objeto dessa guerra que está aí instalada. Parabenizamos a Comissão e estamos aqui para cobrar que o Estado tenha mais eficácia, principalmente no que diz respeito a essa situação, a esse cenário que em que vivemos hoje. Esperamos que o Ministério Público Estadual também se empenhe o suficiente para estabelecer medidas, bem como a defensoria pública. Muitas famílias não dispõem de advogados para acompanhar os processos, não têm condições de pagar. Precisamos cobrar do Estado também que haja concursos, que as defensorias sejam instaladas de forma justa, dando possibilidade ao cidadão de recorrer, de reivindicar um direito que é seu, de cobrar do Estado justiça em relação ao ente querido que lhe foi roubado. Aliás, denunciemos a esta Comissão que foi de novo apresentado pedido de *habeas corpus* por um dos criminosos do Cariri, Estado do Ceará, conhecido como Moreira. Ele apresentou um pedido de *habeas corpus* para, digamos assim, aliviar a sua pena ou ficar impune. Pedimos encarecidamente à Comissão e a todos os órgãos



envolvidos nessas questões, Ministério Público, o próprio Tribunal de Justiça, que tenham sensibilidade e acompanhem esse caso, principalmente esse do Moreira. O pedido é uma cópia de um que foi feito anteriormente, que era do Sérgio Rolim, réu confesso em relação a mais de 4 crimes de mulheres do Cariri. Não se pode, de forma nenhuma, conceder esse *habeas corpus*. Nós temos é que condenar essas pessoas e aqueles que ainda estão salvaguardados de estar atrás das cadeias por conta de articulação do próprio aparato que eles têm, Justiça, advogados. Devemos agir para eles sejam punidos. Diante do que está posto aí, temos uma grande crise instalada em nosso País e, principalmente, no nosso Estado, pois a sociedade não acredita mais, perdeu o crédito na Justiça. Vários órgãos públicos estão perdendo o crédito diante dessa situação, dessa crise terrível que vemos ao longo desse tempo. Então, precisamos também ter esse compromisso afirmativo no sentido de recuperar o crédito dos órgãos públicos, das instituições que existem para defender o cidadão, a sociedade. É necessário fazer desta sociedade uma sociedade justa, sadia, assegurando sua dignidade com todos os instrumentos possíveis. Então, eu me sinto hoje aqui também um pouco vitoriosa em relação a todo esse debate que se instala no Estado do Ceará, reconhecendo a presença da União das Mulheres Cearenses, que esteve e está na região ajudando aquelas famílias inclusive a gritar, a pedir ajuda, porque são perseguidas também, são ameaçadas de morte por parentes agressores, por aqueles que, apesar de estarem na cadeia, atrás das grades, esperando o resultado dos processos, contam aqui fora com pessoas comprometidas em agredir, em pressionar essas famílias a desistir da luta, da mobilização para cobrar da Justiça a sua função. Cito a nossa companheira Maria Luíza, a nossa companheira Rosa da Fonseca e tantas outras que não estão aqui presentes — a Deputada Luizianne Lins, que por motivo de saúde não pôde estar aqui conosco —, que se vêm somando a essa luta no sentido de que a possamos dar um rumo, um rumo justo, digno, a todas essas reivindicações. Parabenizo o Estado do Ceará, o Deputado João Alfredo por essa idéia, por essa feliz lembrança de trazer esta CPI aqui para o nosso Estado. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Gostaria de registrar a presença do Dr. José Napoleão Timbó, Superintendente da Polícia Civil do Estado



do Ceará. Agradeço a presença de S.Sa. Passo a palavra ao nobre Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Bom-dia a todas as mulheres aqui presentes, bom-dia a todos os homens, pessoal da imprensa, queria cumprimentar o Deputado Bosco Costa, Presidente desta CPI. Garanto, tenho certeza, que é uma CPI que tem grande importância para o Nordeste, para ver se a gente consegue colocar o final dessa cultura existente há vários séculos. Não acreditamos que no ano de 2004 a gente continue agindo como em um mil, oitocentos e pouco. Queria também cumprimentar o Deputado João Alfredo, cearense bom de briga, porque está fazendo um bom trabalho como Deputado Federal lá em Brasília, sempre teve essa preocupação com os direitos humanos, é uma bandeira que ele traz há muito tempo; queria cumprimentar também o Deputado Geraldo Thadeu, que é o 3º Vice-Presidente, se não me engano, desta Comissão; o Deputado Luiz Couto; a Deputada Íris Tavares; o Secretário Nascimento, de Segurança Pública; a Dra. Fátima, da Procuradoria-Geral, enfim, nós que estamos presentes com essa preocupação. Nós não gostamos de ver o Ceará envolvido nesse tipo de comportamento. Mas são coisas que independem da nossa vontade. Dizer que a coragem dos senhores de assumir uma CPI dessa magnitude é porque têm compromisso com a paz. Porque vocês também estão expostos, a qualquer momento, como o promotor barbaramente assassinado neste fim de semana. A gente não sabe se foi por roubo, ou foi por questão de mexer em privilégios aqui no Ceará, porque a Promotoria Pública do Ceará, com raras exceções, tem prestado um grande serviço ao nosso Estado. É um pessoal que merece a nossa confiança. Evidentemente que a Secretaria de Segurança tem feito o que pode. Mas a organização dos bandidos, hoje, supera a sociedade organizada e tem uma série de fatores que eu não queria entrar em análise e ser mais direto. Nós temos um Prefeito aqui, na cidade de Santana do Acaraú, que fez uma aliança com um cidadão, um empresário do PSDB, e lá, por final das contas, ele queria certos comportamentos que não foram aceitos pelo Vice-Prefeito. E aí se deu o rompimento. Ele contrata 2 irresponsáveis da marca dele, porque uma pessoa que contrata pistoleiro é tão irresponsável, merece muito mais culpa do que o próprio pistoleiro, e nesse contrato o acordo foi matar o Vereador Chico Alves, que era do



PSB e passou para o PCdoB. Lá, numa tentativa, 2 pistoleiros, um que era radialista, correu na casa do rapaz e atirou. Ele saiu do local e pegou a bala na esposa dele, que era a Professora Socorro. Nós estamos fazendo gestão agora, de manhã, para que ele venha depor amanhã, não só ele, mas o atual Prefeito, porque nós estamos numa briga na Justiça muito grande. O pessoal da Polícia disse, com muita tranquilidade — eu estou começando a concordar com vocês —, que vocês prendem e a Justiça solta. Eu sabia que a Polícia prendia e a Justiça condenava e tirava essas pessoas do convívio da sociedade. Mas, mais experiência do que eu tem o Nascimento, que é Delegado Federal, é Secretário, e tem essa dificuldade. Então, nosso jogo com a Justiça aqui é um negócio, a gente tem de estar atento 24 horas, porque a qualquer momento pode sair uma liminar reintegrando esse Prefeito. E o Ministério Público teve um papel importantíssimo, a Secretaria de Segurança. Está aqui o Dr. Nascimento. Nós estivemos lá em comissão. Mas é isso. Nesta CPI, o senhor não precisa ditar normas de conduta, mas seria bom carregar as tintas no tipo de Justiça que nós temos nos Estados. O batedor de carteira, esse passa 4, 5 anos dentro de uma delegacia sem julgamento nenhum. Mas teve um colarinho com a gravata, ou teve um título, ou ligado a algum grupo político para ter influência na Justiça. Estou dizendo isso, porque já disse isso para um bocado deles. Não é conversa que eu estou, não. Digo isso com muita tranquilidade, porque não é possível a gente estar na Justiça pedindo: *“Olha, este homem matou, este homem fez isto, este homem está com um advogado muito bom, mas está aí. O defunto já foi enterrado, teve missa de sétimo dia e está comprovado que ele matou ou mandou matar”*. O desembargador pega na perna mesmo. Então, desse jeito, não tem político sério que resolva a questão de segurança no nosso País se a gente também não tiver uma leitura de uma Justiça, de um Tribunal, de umas pessoas que tenham mais respeito com a sociedade, porque eu entendo que o contínuo é servidor público, mas o juiz, o desembargador também são servidores públicos. Tarefas diferentes? Sim. Mas também do mesmo jeito. Portanto, eu queria parabenizar todos, inclusive o Deputado João Alfredo, que fez um esforço para os senhores estarem aqui, porque eu vou fazer o meu esforço também para ver se eu trago o Vereador e, se possível, o Prefeito e dar documentos, porque nós temos



documentos suficientemente para ajudar a CPI. Boa sorte. Eu tenho certeza de que nós vamos ter sucesso com a Comissão de vocês. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra à sempre Deputada Maria Luiza Fontenelle, representante da União das Mulheres Cearenses. Tem a palavra S.Sa.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELLE - Sr. Presidente da Comissão, Deputado Bosco Costa, em nome de quem eu cumprimento toda a Mesa, no sentido de diminuir o tempo nas formalidades. Eu gostaria de, inicialmente, em nome da União das Mulheres Cearenses, agradecer, porque se encontram nesta mesma Comissão integrantes que estiveram na região do Cariri. E como a Deputada Íris Tavares falou, já por conta da vinda da Comissão, alguns processos foram agilizados. Nós já vamos ter, no dia 14 de julho, a segunda audiência do caso da Telma, que foi a primeira das mulheres assassinadas e que até a vinda da Comissão nada tinha sido agilizado, o que prova que a ação consciente dos indivíduos tem um papel destacado, embora nós tenhamos uma sociedade extremamente adversa aos interesses da pessoa humana. Nós entendemos que a questão do crime organizado, e esse nível de barbaridade que nós estamos enfrentando, tem uma relação direta com a natureza da crise que nós estamos enfrentando no Brasil e no mundo. Uma companheira nossa, digo, companheira de profissão minha e da Rosa Fonseca, que também é da União das Mulheres e é socióloga, é de Quixadá, nós temos uma companheira que desenvolveu uma pesquisa aqui no Ceará, professora da Universidade Federal, a Peregrina Campelo, em que detectou uma relação muito forte entre a existência dos bandidos, dos capangas e uma relação de poder que se estruturou principalmente no interior do Estado, com ações tanto na região do Limoeiro, como na região do Cariri. No entanto, essa relação não se prende só a questões do passado. Elas têm uma forte ligação com o processo criminoso; ela se sobrepõe, se superpõe à estrutura do Estado, mas também se utiliza dela. Portanto, nós vemos com a globalização, com o avanço da tecnologia um processo muito mais sofisticado do crime organizado. Quando da CPI da Prostituição Infantil, inclusive agora, com a vinda da CPI, que está instalada no Congresso Nacional, nós alertamos isso para as Deputadas e Deputados com quem nós tivemos oportunidade de falar. Em 1993, instalou-se uma CPI para prostituição infantil do



Ceará. Da CPI federal participávamos eu e o Deputado Moroni Torgan, e aqui na CPI, no âmbito do Município, era Relatora a Vereadora Rosa Fonseca. Levamos esse material para um encontro realizado em Pequim, em que participaram mais de 30 mil mulheres do mundo todo. Naquele momento vimos exatamente isto: em que pese a luta dos movimentos de mulheres, a violência estava se institucionalizando e se organizando de forma tal, que aquelas garotas que visitamos no Nordeste brasileiro, por exemplo, ou no Rio Grande do Sul, já eram presas fáceis nessa articulação do crime organizado. Portanto, a menina prostituída era uma presa fácil também no mercado das drogas. É isso que hoje levamos à CPI que examinou a questão na região do Cariri, que queremos trazer a V.Exas. neste momento. É que, na verdade, há uma relação muito forte do crime organizado com instâncias do poder constituído. É impressionante. Um dos criminosos declaradamente criminoso, que assumiu a sua condição de criminoso, que além de assassinato de mulheres, também chupou mulheres na região do Cariri, estava recebendo a concessão de um *habeas corpus* no nível federal para que fosse solto. Os gabinetes do Deputado João Alfredo e do Deputado Luiz Couto nos deram um reforço muito forte em Brasília, quando a União das Mulheres se deslocou para impedir que o *habeas corpus* fosse concedido àquele criminoso. Nesse momento, e aí chamo a atenção do Secretário de Segurança, porque também estivemos com o Secretário de Segurança e pedimos que fosse preso o articulador do escritório do crime na região do crime, o Sr. José Moreira Neto, nesse momento, o *habeas corpus* foi solicitado para esse criminoso. Nós vamos fazer chegar à CPI um dossiê que novamente enviamos a Brasília, porque esse *habeas corpus* está no âmbito da Procuradoria, está na mão da Dra. Cláudia Sampaio Marques, e queremos evitar que seja solto esse criminoso. Por que isso? Porque, senhores, mesmo estando essas pessoas presas, elas têm vinculação tão forte que passa por dentro da polícia, que passa por dentro de setores da Justiça e de outros. Eles atuam fortemente ainda na região, mesmo estando presos. E ameaças constantes são feitas às famílias naquela região, à Deputada Iris Tavares e a integrantes da União das Mulheres Cearenses. Portanto, mesmo presos, a ramificação da ação organizada desses criminosos continua ocorrendo. Nesse sentido, também temos interesse de que uma das companheiras da região do Cariri possa ser ouvida por esta Comissão, porque aquilo que a



Deputada terminou de falar, não temos dúvidas de que há uma articulação muito grande na Região Nordeste. Os criminosos que estão presos no Ceará têm vinculação com outras pessoas da Região Nordeste. Uma das companheiras que foi assassinada no Cariri teve seu corpo jogado na Paraíba, porque um dos criminosos tinha vinculação com autoridades, parentesco, com o nível elevado do poder constituído na Paraíba. Portanto, pensava talvez ser apadrinhado e não ser preso através dessa intervenção. É tão verdadeira a intervenção de autoridades no sentido de dar guarida ao crime organizado no Cariri que, quando em audiência com o Secretário de Segurança, Dr. Wilson Nascimento, aqui presente, em que ele tinha certeza de que o esquema montado para a prisão do Moreira levaria à prisão imediata daquele criminoso, não se deu no momento em que ele montou seu esquema, porque alguém da própria Polícia avisou e ele fugiu antes de ser preso. Então, gostaríamos de chamar a atenção para esses fatos, porque entendemos que a impunidade e o tráfico de influência são duas vertentes muito fortes na manutenção desse esquema. Nós temos dados da ONU que diziam, e eram essas as referências que nós tínhamos até bem pouco tempo aqui no Ceará, que 70% das mulheres assassinadas eram vítimas de seus parceiros. A situação no Cariri, embora haja ação passional, no entanto, os criminosos materiais estão desvinculados de uma relação afetiva direta com essas mulheres e a sua ação se dá mais pela articulação do crime organizado como assassinos materiais. Portanto, uma situação mais difícil de ser combatida. No entanto, entendemos que é fundamental que essa CPI possa se assenhorear desses elementos que vamos passar através de dossiê, para que assim possa ter uma atuação mais eficaz e imediata. Nós gostaríamos de encerrar dizendo que essa preocupação que o Deputado Lopes externou aqui sobre a Justiça é uma preocupação. A Lei Fleury é uma das leis que assegura que alguém possa fazer o primeiro crime sendo acobertado pela própria lei. Mas achamos que esse combate e, nesse sentido, pelo menos uma parte dos integrantes aqui já conhece esse nosso pensamento, nós entendemos que a ação direta, o processo de pressão, portanto, a mobilização, o nível de consciência que nós temos, o direito das pessoas humanas e da nossa não-aceitação, portanto, de não compactuar dessa forma como estão sendo eliminadas as mulheres, crimes com verdadeiro requinte de crueldade, uma coisa



verdadeiramente bestial, nós, a nossa ação consciente tem que, nesse momento, cumprir um papel de, se não barrar, mas, pelo menos, ter uma denúncia permanente e não compactuarmos com a impunidade. Uma das nossas expressões é que a impunidade é cúmplice da violência, e aqui nós temos o caso concreto em que os assassinos, num dos crimes mais bárbaros lá, os mandantes, que são o Aníbal e o Alfredo Couto, continuam impunes. Até hoje, eles não foram a julgamento e nós achamos que é por conta desse tráfico de influência que há ao nível das ações judiciais aqui no Estado. Então, gostaria de encerrar dizendo que, na nossa compreensão, quando a razão crítica cala, instala-se a loucura assassina. Nós estamos vivendo um período de verdadeira barbárie. Não foi citado aqui, mas recentemente também aqui no Ceará, próximo à cidade onde nós nascemos, Quixadá, 7 pessoas foram eliminadas, o crime mais recente antes desse do Procurador. Portanto, essa barbárie instalada, infelizmente, não será resolvida só por ações parlamentares ou por ações de CPIs, mas ela exige uma ampla ação para que nós, realmente, atuemos, não só ao nível das conseqüências dessa bestialidade, dessa barbárie, mas nós possamos varrer as causas fundamentais, que é esse sistema capitalista que prioriza o dinheiro em detrimento dos seres humanos, em detrimento das necessidades humanas. Portanto, nós chamamos o movimento pela emancipação humana, nós, da União das Mulheres Cearenses, para construir uma sociedade de novo tipo e barrar e varrer toda forma de violência, toda forma de agressão e toda forma de eliminação da felicidade humana. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Dr. Francisco Wilson Vieira do Nascimento, Secretário de Segurança do Estado do Ceará.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pela ordem, tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Eu não sei se V.Exa. e o Dr. Nascimento concordariam, mas, talvez, assim apenas uma sugestão, se nós pudéssemos ouvir mais alguém do público que quisesse falar... Porque certamente algumas outras questões podem ser levantadas ao Sr. Secretário e ao próprio Ministério Público. Talvez fosse importante ouvi-los e depois, então, remeter ao



Secretário. Apenas uma sugestão, evidentemente, dependendo da concordância de V.Exa. e também do Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Como o Secretário já estava inscrito e eu anunciei a palavra, eu consulto o nobre Secretário se há o interesse dele em falar antes ou depois.

O SR. FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO - Eu gostaria de falar em decorrência de um compromisso que tenho agora com o Governador para resolver um assunto de natureza administrativa e me proponho a receber todas as outras informações posteriores, até porque já tivemos uma noção em profundidade do que precisaríamos.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Sr. Secretário, me permita. Se V.Exa. vai ter de sair, pelo menos, então, nos outros depoimentos que vão ser tomados, deixe algum representante da Secretaria no lugar de V.Exa. para poder receber as outras denúncias.

O SR. FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO - Perfeitamente. Nós temos aqui o Dr. Nivaldo, a Dra. Marta e não há absolutamente constrangimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Então, sem seguida, após o Secretário e a representante do Ministério Público, a gente ouve as demais pessoas. Tem a palavra V.Exa., Sr. Secretário.

O SR. FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO - Sr. Presidente da Comissão de Extermínio, Deputado Bosco Costa, do pujante Estado do Sergipe, onde tive a oportunidade de trabalhar bastante tempo, Deputado Federal João Alfredo, Dr. Deputado Luiz Couto, combatente Deputada Íris Tavares, Dra. Maria de Fátima, aqui representando a Procuradoria-Geral de Justiça, Profa. Maria Luiza, da União das Mulheres Cearenses, meus colegas Delegados de Polícia, todo o Plenário, evidentemente que aqui é o exercício de cidadania dos mais perfeitos, dos mais bonitos, até porque o instituto da CPI parece que foi revitalizado em 88, muito embora nós saibamos que ele já é um instituto jurídico republicano de há muito. Mas nós não podemos desconhecer a participação das CPIs ultimamente no Brasil a partir de 89. Não precisa lembrar aqui o que aconteceu em 1989 com relação ao Presidente da República. As CPIs, tanto no nível federal, no nível estadual e no



municipal, são fundamentais, e isso é democrático. As autoridades têm que estar abertas a esse tipo de observação. A CPI, efetivamente, representa o Estado, a sociedade, por assim dizer. Quando eu ouço a Profa. Maria Luiza, a sempre Deputada, a ex-Prefeita Maria Luiza, tudo que ela está dizendo aí, ela, praticamente, está todo dia lá na Secretaria de Segurança Pública reclamando, lutando por essas pessoas e nós também estamos respondendo. É importante notar aqui também que esta Comissão é a CPI do Extermínio. A Comissão tem um direcionamento jurídico, ela tem uma delimitação, que é a apuração de grupos ou milícias privadas ou com conivência de pessoas do Estado, em caráter permanente, para fazer justiça com as próprias mãos. Mas aqui também, como disse a professora e o próprio Deputado João Alfredo, nós não poderíamos deixar de incursionar na violência que, de um modo geral, ataca o País hoje. O que não podemos aceitar é a leniência, é o medo, é o acuamento do Estado, do Estado-membro ou do Estado, ente de Direito Público abstrato, e isso nós não temos visto aqui no Ceará. É claro que essa violência, como nós costumamos dizer, que já despontou muito bem da porta da casa para dentro é difícil de prevenir, mas ela é fácil de reprimir e, ao mesmo tempo, se torna difícil de reprimir e levar às barras do Tribunal. Precisamos entender muito bem que nós estamos, graças a Deus, num Estado Democrático de Direito, em que a Comissão tem a sua limitação legal, constitucional, há o processo penal também e o inquérito policial. A Polícia do Estado do Ceará, a Polícia do Brasil tem encontrado dificuldade, mas tem reagido de forma severa, de forma até certo ponto dura, apresentando à Justiça os culpados. Nem sempre todos os culpados estão ainda na cadeia. O instituto do *habeas corpus*, muito bem lembrado aqui pela Profa. Maria Luiza, evidentemente que isso é numa instância judicial. Falece competência, aí, à Polícia, ela não tem legitimidade *ad processum* para atuar, mas entendo a atuação, em recebendo requisições, como temos recebido, das Comissões Parlamentares de Inquérito, nós temos respondido de maneira eficiente, de maneira eficaz. O caso do Moreira, vamos citar assim, até por uma questão de que há alguma situação ali que não precisamos, neste momento, trazer alguns dados. A Polícia foi em cima, a Polícia do Ceará trabalha em perfeita sintonia com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e até com as guardas municipais. Creio mesmo, professora, que aquele processo chegará a um julgamento dentro do direito do julgamento justo e



reconheço o trabalho da União das Mulheres, que tem sido pujante e temos que efetivamente reconhecer. O caso de Santana do Acaraú, outro caso aqui citado pelo Deputado Chico Lopes, eles foram presos em flagrante. Quando chegou-se a uma instância que seria fora da alçada policial, evidentemente que para respeitar o processo penal, nós encaminhamos assim, para que a Justiça tomasse conta desse caso. Então, o que não podemos aceitar, como disse, é que o Estado, seja ele Estado federal, o Estado-membro, o ente de Direito Público abstrato, ele fique aí deitado, olhando, observando. Não. Nós temos visto com dificuldade e, tem mais, precisamos entender o primeiro problema que vai trazer a solução é isto aqui, que temos visto no Ceará de há muito: é que a sociedade está mobilizada pelos seus representantes, as instituições públicas estão dando respostas e positivas. É claro que muitas vezes não é evidentemente aquela que nós queremos. Há um contraponto no processo penal, é preciso entender que algumas leis precisam ser atualizadas, muito embora eu cá, por mim, acho, entendo e prevejo que o Código de Processo Penal, ainda que de 40, está altamente atualizado. Portanto, o Estado do Ceará tem se mostrado aberto a essas comissões. Parabenizo, mais uma vez, a vinda da Comissão Federal. A Secretaria de Segurança está absolutamente aberta a qualquer tipo de requisição, de inquirição, porque o nosso objetivo é trazer às barras da Justiça, mostrar, bater às portas do Poder Judiciário, dizendo: esse tipo de comportamento anti-social, antijurídico, típico, culpável e punível não tem cabimento na grei social, na convivência humana. Muito obrigado e, mais uma vez, parabéns pela Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência agradece a participação e a vinda de V.Exa. a esta Comissão, Sr. Secretário de Segurança Pública. Passo a palavra à Dra. Maria de Fátima Soares Gonçalves, representante da Procuradoria-Geral de Justiça.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA SOARES GONÇALVES - Exmo. Sr. Deputado Bosco Costa, Presidente da CPI e dos trabalhos desta Mesa, na pessoa de quem saúdo os demais integrantes desta Mesa; Exma. Sra. Deputada Íris Tavares, na pessoa de quem cumprimento os demais Deputados Estaduais aqui presentes; Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Wilson Nascimento, na pessoa de quem cumprimento todos os delegados aqui presentes; Sra. Promotora de Justiça



Dra. Vanja Fontenele; representantes da OAB; representantes da sociedade civil organizada aqui presentes; senhores representantes da imprensa, que têm dado cobertura e ajudam o trabalho da Polícia e do Ministério Público, demais funcionários desta Casa, demais assistentes deste Plenário. Após as inúmeras declarações dos integrantes desta Mesa e dos Parlamentares que já se manifestaram, o Ministério Público quer parabenizar a instalação desta CPI do Extermínio no Estado do Ceará, muito oportuna, no momento em que a crise da segurança, ou melhor, da insegurança tem se instalado aqui no Ceará. Além dos inúmeros casos que já foram mencionados, outros de menor repercussão também merecem a nossa preocupação. E a Procuradoria-Geral de Justiça sempre tem estado presente e atuante no trabalho da Polícia, tentando em parceria minimizar — porque terminar, acabar é difícil —, esse problema que tem nos angustiando, tem nos afligido. E, por mais que se procure fazer, ainda temos a sensação de impotência, porque a violência é grande e a criminalidade cresce assustadoramente. Não podemos ficar omissos nem temerosos ante essa situação. Precisamos agir, e agir bem, mas com prudência e com habilidade, porque, nas investigações, muitos fatos aparecem e outros, não. Então, a Polícia e o Ministério Público têm que trabalhar com coragem, com galhardia, mas também com habilidade e com cautela — porque é um trabalho sério — e, acima tudo, com discrição, com sigilo, porque os grupos, as quadrilhas são extremamente organizadas, bem equipadas, bem aparelhadas. E, infelizmente, o crime organizado conta com um grande aliado, que são os agentes públicos. Então, a conexão com os agentes públicos é um grande óbice para que se cumpra a Justiça, para que se chegue aos verdadeiros culpados. Infelizmente aqui o Poder Judiciário não se faz representar, mas o Judiciário também tem sido tímido em algumas requisições do Ministério Público e mesmo da Polícia. E, muitas vezes, até com o parecer contrário do Ministério Público, na segunda instância, alguns acusados logram êxito em *habeas corpus* e em outras benesses que são requeridas. Mas nós estamos aqui para trabalhar, aliados à Comissão e à Polícia, que têm procurado combater. Sabemos das carências, das dificuldades, mas a Polícia do Estado do Ceará, com o pouco que tem, tem demonstrado muita coragem e boa vontade. E os senhores que são de Brasília, integrantes de uma Comissão — temos aqui o nosso Deputado João Alfredo, um grande batalhador — têm que olhar mais



pela Polícia do Estado do Ceará. Nós estamos com a Polícia, apesar de cheia de boa vontade, mas ainda com muitas deficiências, a começar pelo salário, pelo efetivo reduzido, pela jornada e pela falta de estrutura, de aparelhamento. Porque eu sou do Ministério Público e sei que nós precisamos aparelhar — não é nem reaparelhar — a nossa Polícia, os nossos institutos de identificação, os nossos institutos de criminalística, os nossos IMLs. Precisamos melhorar a nossa Polícia, para que nós possamos dar uma resposta efetiva e imediata. E o Ministério Público e o Judiciário também têm que trabalhar com mais rapidez, com mais garra, porque a violência está crescendo e a impunidade gera a impunidade. Fala-se que não se tem plano de segurança pública, mas nós precisamos combater os focos. Não adianta planos se não tem ação. Temos que ter o plano e ter condições e instrumentos de efetivá-lo. Então, precisamos é melhorar a nossa segurança. E para não me alongar e deixar que as pessoas que darão testemunhos a este Plenário falarem, eu encerro as minhas palavras parabenizando a CPI e desejando boa sorte a todos que aqui participam. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto, Relator. Em seguida, ouviremos algumas pessoas que estão inscritas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria dizer que nós temos uma realidade de extrema gravidade. Mas eu gostaria de também dizer que no depoimento da Íris ela coloca a questão da ação do crime organizado — crime organizado que age em diversas frentes, e uma delas é ação de extermínio. E essa ação de extermínio normalmente é vinculada ao tráfico de drogas e ao roubo de cargas. Há uma região aqui onde também nós temos uma incidência de assassinatos com relação à chamada “máfia da clonagem”, que fica na região de Crateús. Inclusive, lá, há um Promotor de Justiça que anda sob proteção, porque também há ameaça de morte. Eu pergunto se a Comissão de Direitos Humanos, durante esse processo, em termos de denúncias que tenha recebido por parte de entidades, de pessoas, de depoimentos, de declaração de pessoas que procuram para dar... E se, de fato, essa questão da chamada lei do silêncio e do chamado clima de terror, que são marcas dessa ação, se isso é responsável também para que diversos crimes não sejam... (*Pausa.*) Eu vou fazer a pergunta também ao Dr.



Wilson. Eu estou esperando só uma informação que o nosso secretário vai me passar, para que eu possa também fazer essa indagação. A Deputada Maria Luíza Fontenelle falou da questão da pressão da mobilização. Mas eu pergunto: esse clima de medo e o terror que é espalhado por esses grupos de extermínios e a chamada lei do silêncio, se isso não são elementos também para que alguns crimes fiquem no esquecimento, ou sejam arquivados? Uma coisa que me chama atenção é que, em alguns crimes, quando investigados e presos — e é importante que se cite que a própria Polícia Federal de Juazeiro disse que só a partir da entrada da Polícia Federal na ação é que foi possível prender o Moreira. E nós tivemos lá diversos depoimentos de diversas mulheres, mães de vítimas, familiares, que afirmaram — inclusive Promotor de Justiça — da interferência do Poder Público, de diversas autoridades, inclusive do Judiciário, do Legislativo, do Executivo, para que o Moreira não fosse preso. Eu pergunto se há também essa questão da interferência do Poder Público para que as investigações não estejam a contento. Outra coisa que eu gostaria de perguntar também à Deputada é se nos períodos eleitorais a incidência de crimes de extermínio acontece também? Porque há uma denúncia de que, nesse período, normalmente, para lavagem do dinheiro, os grupos de extermínio cobram uma quantia do financiador ou do mandante, mas em troca financiam a campanha deles na política, ou seja, parte do dinheiro é devolvido para o financiador ou o mandante. A Deputada Maria Luíza Fontenelle fala da pressão que levou à ação. Eu queria, Deputada, em relação a essa pesquisa da relação dos crimes de bandidos com o Poder, seria importante que a gente tivesse acesso a essa informação, para que a gente pudesse fazer uma comparação inclusive com a pesquisa que é feita hoje pelo Prof. Ricardo também com relação à pistolagem no Ceará. A questão do escritório do crime lá, do Juazeiro, parece que a ação dele, ou seja, onde se identifica a violência contra mulheres — estupro ou assassinato —, mas nós temos informação de que esse grupo tem vinculação, também, e age de outras maneiras também, matando outras pessoas que não seriam apenas mulheres. Essa relação com Estados vizinhos está patente. Eu gostaria que a senhora falasse mais sobre essa relação de divisas dos Estados e o vazamento de informações por parte de setores de inteligência de órgãos públicos, ou seja, de que algumas operações estavam programadas e houve um vazamento e a operação



teve que ser abortada. E aí a pergunta que eu vou fazer para o Dr. Wilson: se, de fato, a Secretaria de Segurança Pública tem feito uma investigação para verificar esse vazamento, ou seja, se alguma coisa estranha acontece. Em diversos locais, nós verificamos que as operações são abortadas ou mesmo elas são feitas e não se chega a prender os verdadeiros criminosos, e somente quem não soube da informação é que é pego. Concordo com a questão de que hoje é a barbárie mesmo e eu gostaria de ter mais informações sobre esse caso da morte de 7 pessoas lá na região de Quixadá.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELLE - Eu tenho um debate agora n' *O Povo*, inclusive gostaria de anunciar a presença da CPI do Extermínio aqui. Gostaria só de dizer que, quando o Secretário era Superintendente da Polícia Federal, foi o nosso primeiro contato da União das Mulheres, porque nós tínhamos informação de que a Polícia Federal estava decodificando algumas fitas de escutas em relação ao crime cometido, escuta de telefones do Alfredo Couto, que seria o mandante de um dos assassinatos lá no Cariri. Então, eu acho que seria interessante a CPI solicitar à Polícia Federal... Aliás, isso está no processo, nos autos do processo. Mas seria interessante, porque se vê perfeitamente a rede de influência das autoridades nesse processo, em todos os níveis. A outra... E lá mesmo diz que o processo, ao nível da Polícia, tem duas linhas de investigação. Certamente, quando o Secretário assumiu a sua condição de Secretário de Segurança, ele já encontrou estas duas linhas: uma que procura inocentar Alfredo Couto e outros, e a outra que procura ir a fundo na investigação. E foi exatamente... Cabe ao Secretário explicar... Parece que foi exatamente uma das linhas interferindo para que a outra não chegasse ao Moreira, que depois foi preso, não é? Tanto é que está preso, que está sendo solicitado o *habeas corpus*. Quanto à relação com outros Estados, também, a gente percebe isso perfeitamente nos autos do processo, quando do caso da companheira em que o corpo foi jogado lá na região, e o criminoso tem relação com o Governador. Tinha relação de parentesco com o Governador do Estado. E todas as questões estão muito bem explicitadas através dessas fitas, que seria facilmente...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.



A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELLE - E, só concluindo, eu vou tentar ainda o contato agora com a Profa. Peregrina Capelo para que possa fazer chegar às mãos do senhor também esse...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Para o Dr. Wilson, que também... vai ter que sair, eu queria perguntar... Primeiro, Dr. Wilson, a CPI, no início, solicitou de todos os Secretários de Segurança Pública um relatório estatístico de todos os homicídios com características de extermínio. Pergunto se... Pelas informações que nós temos, esse relatório ainda não chegou à Comissão, e aí seria o primeiro pedido que eu faria: de que esse relatório pudesse chegar à CPI, uma vez que ela tem até o dia 30 para fazer o relatório, e é importante que a gente tenha esse dado. O segundo caso é como se encontra o processo lá de Limoeiro, da região de Limoeiro, ou seja, se todos aqueles envolvidos já foram presos, quem está foragido, enfim... No caso da morte do Chico Orelha, a Secretaria de Segurança Pública tem acompanhado? Porque há informações de que Chico Orelha possa ter sido queima de arquivo, porque com ele estavam mais duas pessoas vinculadas ao crime e que conseguiram fugir, mas eu, falando com o policial sobre como ele teria sido eliminado, porque a própria imprensa faz uma espécie de relato, como se... com desenhos em que... ou seja, poderia ter sido uma eliminação, uma vez que Chico Orelha sabia muita coisa e, pressionado numa prisão, poderia dar com a língua nos dentes e denunciar autoridades do Estado também vinculadas com essa ação do crime de extermínio. O caso da clonagem, como é que se encontra a questão daquele processo lá? O senhor falou já da questão lá do Cariri, da questão do escritório do crime, e eu perguntaria também sobre a questão... Houve uma denúncia inclusive feita com relação a pessoas que foram eliminadas em decorrência de assaltos que teriam acontecido numa cadeia de farmácia, e uma série de pessoas foram eliminadas porque teriam assaltado essa cadeia e teriam sido contratadas pessoas para eliminá-las. Pergunto sobre esse fato. E, por último, eu gostaria de saber se se confirma a tese de que a ação do crime organizado do extermínio atua de forma preferencial nas divisas dos Estados, porque há uma maneira de fugir para um outro Estado se alguém comete. E se há essa troca de pessoas que executam de outros Estados que vêm para o Ceará, e do Ceará que também vão para outro Estado. Seriam essas perguntas que eu faria. Depois, farei



umas perguntas à Dra. Maria de Fátima, mas, como o senhor tem pressa para sair, daria para que o senhor respondesse essas questões.

O SR. FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO - Pois não, Deputado. Primeiro, a resposta a respeito do processo das meninas que foram assassinadas já no Cariri. Só o nome “processo” já diz que não está na instância policial. Tivemos uma participação, por requisição do Ministério Público Estadual, em algumas operações — inclusive ela citou uma delas aí —, quando ainda na Polícia Federal. O processo agora retoma o andamento. Se o Moreira está impetrando um *habeas corpus* em instância adequada é porque ele está preso. Se vai receber ou não o alvará de soltura é uma questão de direito. A outra pergunta que V.Exa. me faz a respeito do confronto que houve no Estado do Rio Grande do Norte com aquele que se denominou aí de Chico Orelha, que nem gosto de chamar as pessoas por apelido... Evidentemente que o relatório que tenho, que foi para inquérito policial, é que houve um confronto. A Comissão poderá ter e tem — não precisa dizer isso — toda a oportunidade de esclarecer. O Secretário de Segurança recebe os relatórios, não preside inquérito, dá todas as condições para a Presidência. Há uma conexão. Evidentemente que ele foi citado, no caso de Limoeiro, como um dos participantes, um dos executores, e houve esse confronto. O inquérito foi recebido em primeira instância lá no Município de Limoeiro do Norte, tanto pelo Ministério Público local quanto pela Justiça. Subiu, no caso dos mandantes, para a segunda instância, e, há poucos dias aqui, nesta Assembléia, foi distribuída a sentença a respeito disso aí e ela está, por determinação, se não me engano, do Ministro-Relator, a partir de determinado momento do processo, em segredo de Justiça. Mas é do conhecimento e já foi publicado na imprensa, e por isso vou falar. Inclusive há um item lá em que o Sr. Ministro diz que: “*investigação criteriosamente desenvolvida pela Polícia local e brilhantemente acompanhada pelo Ministério Público*” — só isso daí é a participação da Polícia. Perdão, mas esqueci a outra pergunta, foram tantas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...Sobre a clonagem (*inaudível*).

O SR. FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO - Ah, esse é um inquérito, esse inquérito inclusive de longo curso. Várias pessoas já foram condenadas, são vários inquéritos, porque são ações distintas, por pessoas distintas, em momentos distintos. Então, não há uma ação só ali no Crateús, e já se



nota, evidentemente, uma certa migração de determinados elementos ligados a esse tipo de crime para outros Municípios, que eu me reservo o direito aqui, neste momento, de não dizer quais. E nós estamos batendo firme, porque realmente esse crime de clonagem de cartão, o chamado cartãozeiro, tem ramificações em vários Estados da Federação. Essa digna CPI tem uma oportunidade muito grande de estar nos ajudando bastante, porque há uma conexão, há uma relação de causalidade com outros crimes, inclusive o de homicídio, mas tem que se estudar caso a caso. Então, pediria também paciência, porque, em um momento deste aqui, alguns fatos poderão amanhã se projetar como prisões.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a questão aqui da rede de farmácia, que teria...

O SR. FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO - Entendi, perdão. São inquéritos que também foram instaurados e estão em tramitação. Cada inquérito desses vai para a Justiça, e a Justiça, se não se conformar, tem mandado complementar algumas diligências, e efetivamente elas estão sendo feitas. Nós temos hoje perfeita sintonia entre a Polícia técnica e a investigação de campo. Crimes hoje no Ceará têm sido esclarecidos em 10, 15, 8 dias. Essa lamentável chacina, ali de Bicutinga, de 11, nós já temos 7 presos. Faltam 4, e serão presos, sim, e apresentados à Justiça, em inquéritos bem instruídos, com provas substanciais, em que a Justiça possa efetivamente desenvolver o seu mister.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu gostaria apenas de pedir, no caso, que o senhor pudesse nos encaminhar.

O SR. FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO - Ah, com relação ao relatório, perdão. Tenho o recibo, que já chegou lá, e, se efetivamente tiver dado outro destino, remeterei novamente. Mas já foi enviado isso daí, eu tenho o recibo disso aí de lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, eu pediria, no caso, o inquérito desse novo caso aí, dessa última, lá de Quixadá, que o senhor pudesse encaminhar, e também do caso da morte do Chico Orelha.

O SR. FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO - Excelência, aí, nós teríamos que... O Ministério Público tem que atuar, requisitar ao juiz, e não teria



problema nenhum, porque nesse caso a Secretaria de Segurança não é parte legítima ali, naquele momento. Está em tramitação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o inquérito foi feito pela Secretaria, por delegado específico da Secretaria, não foi?

O SR. FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO - Esse inquérito... Aquilo ali é uma prisão de um elemento envolvido diretamente na morte do radialista Nicanor Linhares. O confronto foi no Estado do Rio Grande do Norte, outro Estado da Federação. Mas não tem problema, nós poderemos entrar em contato com o Ministério Público e atender o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado. Sr. Presidente, é importante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Convido o Dr. Timbó para fazer parte da Mesa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, no caso, foi apenas uma informação do coordenador operacional, mas não encaminhou nenhum relatório.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, é só importante destacar um ofício que foi encaminhado pelo Coordenador Operacional Djair José Silva Mendes, Coronel PM, aqui, à Polícia Militar, mas as informações são de que...

(Não identificado) - Coordenador Operacional da Segurança Pública, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da Secretaria de Segurança Pública, não é? Ele diz: *"A Polícia Militar, através do Comando de Policiamento do Interior — CPI, informou não haver registro de ocorrências que tenham relação com a ação criminosa das milícias privadas e o grupo de extermínio no interior do Estado do Ceará. A Polícia Civil, através do Departamento de Polícia Especializada — DPE informou que as unidades que compõem aquele departamento a princípio não apuram a prática de homicídios, mormente os relacionados a grupos de extermínio. O Centro Integrado de Operação de Segurança — CIOPS informou que não existe naquele centro a tipificação especificada na solicitação. Sem mais para o momento, respeitando o lapso temporal, renovo o protesto de consideração e estima"*. Foi encaminhado em 26 de abril esse ofício, significando que as mortes ainda ficam no mistério e não são sequer investigadas. É triste e é grave.



(Não identificada) - E houve uma interrogação do Deputado Luiz Couto em relação a essa questão da máfia da clonagem, se haveria denúncias na Comissão de Direitos Humanos. E constatamos que não houve, até então, nenhuma denúncia oficial na Comissão de Direitos Humanos; mas a informação é que tramitam na Procuradoria da Justiça, em relação a essa problemática da clonagem, especialmente em relação àquela região de Crateús. Agora, também a Maria Luisa falou um pouco sobre essa questão levantada pelo Deputado Luiz Couto, que faz essa interrogação em relação aos crimes de extermínio da região do Cariri e ao período em eles acontecem, se há uma relação direta inclusive com o período eleitoral, uma vez que há essa leitura de que muitas vezes o dinheiro que passa por essa história da morte, da venda, da clandestinidade, possa ir para, digamos assim, patrocinar campanhas. Vejo o seguinte: na região, os crimes são continuados. Não há, assim, pelo menos na avaliação que a gente faz, uma especificação de que eles ocorram com maior intensidade exatamente no período eleitoral, ou no que se configura o tempo de uma campanha eleitoral. Eles são contínuos. E não é de agora. Queria novamente insistir, como filha daquela região — há mais de 30 anos que todo mundo da região do Cariri sabe disso: há uma rede organizada lá, com o coração e os pés metidos ali, para gerar o caos na sociedade. Isso é uma verdade. Dizer inclusive que figuras como o Alfredo Couto e o Anibal Couto... inclusive, o Anibal Couto foi um dos maiores empresários, trabalhava no setor de automóveis. Era empresário inclusive da concessionária da Chevrolet. Uma figura que sempre se articulou politicamente com as oligarquias locais, assim como também o Alfredo Couto, que é parente, é familiar dele. E se olharmos com tranqüilidade para essa questão, no sentido de esclarecer algumas coisas que ficam confusas na hora de ter determinação, vamos perceber isto: que sempre são famílias, parentes ligados a grupos. Grupos inclusive que têm, de fato, uma atuação política na região. Então, vejo que a ação do escritório de Juazeiro é ousada demais e planejada. De tal forma que ela não se intensifica exatamente no período onde a coisa deságua de forma mais concreta, que é no sentido de que esse dinheiro, esses recursos oriundos do crime possam servir a interesses das oligarquias para se manterem. Quando não se mantêm diretamente, sempre tem alguém lá que é o cara que eles estão patrocinando, é o Prefeito de tal cidade, é o Deputado de tal região. Então, isso é



importante observarmos. Inclusive, por exemplo, em todas as denúncias que estão sendo feitas, nesse relatório que a OMC preparou com muita cautela — o Deputado Luiz Couto, como também o Deputado Bosco, poderão verificar isso quando forem fazer a leitura —, há inclusive cópias de trechos de telefonemas pedindo, com muita intimidade, a figuras hoje tanto ligadas ao alto escalão da Justiça desse Estado, como ligadas ao Governo Estadual e aos Governos Municipais. Mas é com o sentimento de promiscuidade que está lá, porque não foi inventado, foi transcrito dessas fitas. Então, na verdade, é uma coisa que temos que trabalhar, eu sei, com muita cautela. Ninguém deve ser incoseqüente nessas questões, mas, inclusive, a defesa que temos feito é porque precisamos, no mínimo, ter a capacidade... o Estado precisa ter a capacidade de reconhecer isso. Se não tem a condição hoje de se equipar o suficiente para combater isso, vamos reconhecer e criar os mecanismos para que possamos fazer o combate dessas questões que estão colocadas. Então, é nesse sentido. Até porque as famílias são ameaçadas, pessoas que se sensibilizam com a causa, e que querem entrar nas fileiras da mobilização para fazer essa reivindicação, quando são ligadas a determinadas administrações, são oficialmente chamadas. E dizem a eles: *“Olhe, fique quieto, fica na tua que é melhor para você”*. Quer dizer, até ameaça de perda de emprego está acontecendo, porque o movimento do Cariri traz muito bem isso na sua frente, na sua caracterização inicial, que é o combate à impunidade, porque, se não tivermos a clareza de que combatendo a impunidade... Por trás da história do combate à impunidade estamos cobrando do Estado que ele exerça sua função, no sentido de limpar esse meio de campo da injustiça e dos crimes que ficam engavetados, e dos interesses, enfim. Quem ler o relatório vai ver sensivelmente que há lá pessoas ligadas à Polícia Civil, à Polícia Militar, que têm, no mínimo, um comportamento duvidoso, pelo nível de cumplicidade nas coisas. Não justifica um processo estar engavetado desde a morte de uma companheira, uma trabalhadora que sobrevivia para ajudar na renda familiar vendendo jóias, bijuterias, e que uma das ações mais morosas no processo dela se deu a partir da investigação policial, porque nunca havia uma clareza de fato para onde ir e de como fazer isso acontecer de forma mais ágil. Então, temos compromisso com isso, e temos preocupações, porque é uma coisa desastrosa. Temos sido ameaçadas constantemente, pessoas ligadas a



esse movimento têm sido ameaçadas, e nos sentimos assim numa preocupação permanente. Então, Deputado Luiz Couto, queria dizer que há, sim, não se evidenciando no momento da campanha, no momento mesmo oficial da eleição. A coisa lá é muito mais profunda, é muito mais planejada. Ela tem raízes, eu diria, de uma competência exagerada de promoção do crime. Tanto é que até essa caracterização aí eles conseguiram planificar de forma continuada. É evidente que não deixa de ser uma coisa muito mais, eu diria, perigosa, no sentido do que pôde realizar, do que pôde construir ao longo desse tempo, no sentido das relações, das cumplicidades, enfim, de uma série de coisas que estão colocadas aí.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Sr. Presidente, evidentemente que nós vamos falar na ausência do Secretário, mas ele está representado aqui...

(Não identificado) - Não está mais, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Não está mais, não? Mas tem o....Dr. Nival?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Gostaria, Deputado João Alfredo, de convidar o Dr. José Nival para compor a Mesa.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Então, na presença do Dr. Nival, de quem inclusive fui colega na Faculdade de Direito — portanto, não falo na ausência da Secretaria de Segurança Pública —, queria externar meu estranhamento com relação a essa informação dada pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social de que não há ocorrências de ação criminosa de grupos de extermínio no Ceará. Isso é desconhecer uma realidade. Todos os que acompanharam e vêm acompanhando, até pela imprensa, ainda mais autoridades que conhecem a fundo o processo, sabem da conexão dos casos na região do Cariri. Os casos de Limoeiro do Norte... Sabem que ali há, vamos dizer, um grupo, uma quadrilha organizada que atuou nesse sentido, inclusive nas chacinas que lá ocorreram. E o próprio Secretário, agora há pouco, disse que alguns desses crimes, como os crimes dos chamados cartãozeiros, também têm conexão com homicídios. Portanto, o caso da rede de farmácias aqui em Fortaleza, que inclusive está sendo investigado também



pela Polícia Federal, ao que me consta, a requerimento da Procuradoria-Geral da República, sinaliza, vamos dizer assim, a existência de grupos de extermínio. Então, queria estranhar que se dê uma informação dessas. Acho que esses casos são tão candentes, tão explícitos, não são nem, vamos dizer, reservados, eles estão à luz do dia. Seria mais importante — e falo agora com meu colega de faculdade, meu amigo, Dr. Nival, já não falo mais com o Secretário, porque ele saiu — que a Secretaria remetesse à CPI esses casos que são de conhecimento público, que denotam justamente extermínio, claramente extermínio aqui no Estado do Ceará. Não dizemos isso com alegria, não, viu, Nival? Não dizemos isso com alegria. Na verdade, queríamos que o nosso Estado estivesse fora dessa praga da existência desses crimes, mas infelizmente eles existem e foram aqui relatados. Até porque o Relator da CPI esteve em Limoeiro e Juazeiro, aonde o acompanhamos, e temos notícias disso. Hoje à tarde, mais depoimentos vão ser tomados, esses já mais em caráter reservado; amanhã de manhã, continuam. Então, desconhecer a verdade dos fatos, no meu entendimento, é a pior forma de combater a existência desses crimes. Me permita uma crítica fraternal e sincera também que eu faço aqui à Secretaria de Segurança Pública.

(Não identificado) - Deputado, V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu faria uma pergunta à promotora, e depois o senhor teria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dra. Maria de Fátima, em primeiro lugar, quero concordar com a sua avaliação de que a violência é grande, a criminalidade cresce de forma assustadora e é preciso agir com habilidade, coragem, cautela. Daí a importância de que os setores de informação dos órgãos do Poder Público estejam a serviço de trazer elementos que possam ajudar no combate a esse tipo de atividade criminosa. O que nós verificamos, Promotora, é que em muitos Estados o serviço de informação da Secretaria ou da Polícia Militar passa a ser... o olhar e a audição do Secretário ou então do Comandante, ou seja, para impedir que haja alguma movimentação interna da corporação ou mesmo para pegar elementos para detonar adversários políticos, quando na realidade o papel da informação da inteligência é o de pegar elementos para que o Estado possa fazer um plano de



segurança pública no sentido de combater essas ações criminosas. E eu pergunto à senhora, primeiro, se o Ministério Público tem um levantamento, a partir, é claro, dos processos que passaram, dos chamados crimes misteriosos, crimes que têm vítima, mas não prosseguiram porque o réu não foi identificado; se o Ministério Público tem o levantamento desses chamados crimes misteriosos. Na Paraíba, um dia desses, o Ministério Público fazia uma afirmação na imprensa de que, lá no Estado da Paraíba, era numa faixa de 246 processos chamados de crimes misteriosos. Alguns deles inclusive, depois de arquivados... Alguns membros do Ministério Público solicitaram o desarquivamento para que novas diligências pudessem ser feitas a partir de novos testemunhos ou de denúncias que foram feitas posteriormente. Concordo em que é preciso aparelhar a Polícia, melhorar a Polícia, o IML. Com relação à prova, principalmente com relação aos crimes de extermínio... porque é uma característica, são tiros dados normalmente na cabeça, ou então na nuca, ou então num lugar... no peito, não é isso? Isso é possível identificar a partir do exame que é feito no Instituto Médico Legal. Eu pergunto: existe Instituto Médico Legal apenas em Fortaleza? Tem outros locais que fazem esse trabalho? Porque no interior normalmente é o olhar, e muitas vezes na vítima nem sequer se faz o chamado exame cadavérico. Como é que o Ministério Público tem atuado no sentido de obrigar o Poder Público a ter em regiões — não em cada local, porque é impossível —, o Instituto de Polícia Científica com o Instituto Médico Legal? E se nos depoimentos, se nos inquéritos que são de casos de morte extrajudiciária, de execução sumária, que é aquela em que você... está lá a vítima, o tiro foi dado, foi feito o exame cadavérico, identificado como é que foi feito o tipo de assassinato, se existe também a presença de policiais envolvidos com esses crimes, outros agentes públicos e também de pessoas ligadas a empresas privadas de segurança pública. E eu pergunto também como o Ministério Público do Estado... Embora a questão da autorização dessas empresas de segurança privada, no caso de uso de armas, tem de ter o controle da Polícia Federal, qual tem sido o acompanhamento do Ministério Público Estadual com relação a essas empresas privadas de segurança pública? Porque hoje se verifica que essas empresas têm um número de vigilantes maior do que, muitas vezes, no que diz respeito à própria corporação militar ou civil. E, acrescentada a isso, a pergunta complementar é se... Isso eu também perguntaria



para o representante da Secretaria, que é a presença de policiais militares e civis sendo seguranças de empresas privadas, principalmente de redes de farmácias, supermercados, motéis. Enfim, como é que a Secretaria de Segurança Pública, no caso do policial civil, tem trabalhado essa questão?

A SRA. MARIA DE FÁTIMA SOARES GONÇALVES - Bom, Deputado, começando pela primeira pergunta, nós não temos um número preciso dos crimes misteriosos. Agora, na realidade, são muitos os crimes, principalmente no interior do Estado, que não são desvendados; até porque as testemunhas têm medo. É muito difícil a testemunha querer falar, principalmente quando o provável suspeito ou é político ou é alguém de um poder aquisitivo forte. Mesmo sabendo que existe o programa de proteção a vítimas e testemunhas, ainda é difícil, porque, pelo programa, a pessoa passa praticamente a perder a sua privacidade, fica fora do convívio social. Então, muitas pessoas querem denunciar, mas têm medo. Ainda chegam a formular a denúncia, a saber, mas não querem ter revelada a sua identidade. Isso dificulta, porque não se pode apurar, não se pode investigar sem a prova material. E isso é difícil. O crime existe, muitas vezes se sabe o provável suspeito, ou criminoso, ou autor, mas as provas não são levadas à polícia e à Justiça. Então, o crime, mesmo que se saiba do provável suspeito, fica na impunidade, por medo das pessoas, porque, infelizmente, no interior do Estado, o poderio econômico prevalece e as testemunhas são ameaçadas. Além desse caso de Limoeiro, em outras regiões também se tem visto caso de extermínio, só que em menores proporções. Tem uma cidadezinha também ali na região do Vale do Jaguaribe, São João do Jaguaribe, que é terrível. Teve também crime em que uma pessoa teve a língua cortada, a orelha cortada e colocada dentro da boca. Mas, como não foi de muita repercussão... Mas nós que sabemos, que somos Promotores de Justiça e acompanhamos... Existem vários casos em outras cidades do interior. Um calaboca mesmo. É um alerta para que não falem. Então, isso dificulta a elucidação do crime. Infelizmente, nem a polícia nem a Justiça podem obrigar uma pessoa a revelar, sabendo que ela vai correr risco. Tem a própria vida e tem a família. Então, infelizmente, nós temos muitos crimes sem elucidação, mas que existe a vontade, e a polícia não pode, não tem condições, nem a Justiça. E com relação ao IML, infelizmente, de forma precária, funciona em Sobral. Inclusive, foi



objetivo de interdição. O Ministério Público requereu a interdição do IML de Sobral por falta de condições. E nós temos também IML em Russas. Russas, não é? Ou é em Limoeiro? Russas. Em Russas é que existe IML? Acho que... Quando eu era promotora lá de Iracema, existia em Russas para cobrir toda a região. Infelizmente, o restante do Estado fica à mercê daquela velha perícia do olha, um perito *ad hoc* — normalmente um policial e um médico —, que chega e assina, sem as condições realmente... sem descrever. Muitas vezes, não usa nem termos técnicos, porque não existe condição. A Deputada, que é da região, sabe a dificuldade de Juazeiro do Norte, que, no caso de mulheres e outras pessoas assassinadas, ficam aguardando lá — entendeu? —, até chegar o rabeção para trazer para Fortaleza, porque não existe IML ali na região. Então, a situação...

(Não identificado) - Nem médico legista.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA SOARES GONÇALVES - Nem médico legista. Mas o Ministério Público já está tentando melhorar. Nós fizemos um levantamento. Apresentamos ao Sr. Governador do Estado algumas sugestões para melhorar a parte da polícia. Pedimos concurso. Pedimos, inclusive, IML em toda a região, porque nós temos várias regionais. Então, pedimos ao Governador que em cada delegacia regional houvesse um Instituto Médico Legal e um Instituto de Criminalística para facilitar o trabalho da Polícia, porque o trabalho da Polícia tem como destinatário o Ministério Público. Infelizmente, no interior, o Ministério Público tem muita dificuldade com a parte da prova material. Mas isso independe da polícia, porque a polícia, com o pouco que tem, faz o que pode; porque a polícia do Estado do Ceará é “vontadosa”, é corajosa, é destemida, mas infelizmente falta tudo. Mas nós estamos tentando sensibilizar o Sr. Governador. Ele já tem conhecimento dessa situação. Pedimos concurso para delegados, para funcionários, para agentes prisionais. Então, o Sr. Governador tem um diagnóstico da segurança do Estado, do que precisa para aparelhar a Polícia Civil do Estado do Ceará. E o Ministério Público está acompanhando. Com relação à parte da segurança privada, ela é disciplinada pela Polícia Federal. É a Polícia Federal que autoriza e fiscaliza. Inclusive, existe uma lei especial para o caso do uso das armas. Então, é tudo disciplinado pela Polícia Federal. E nós sabemos que na realidade a segurança privada está prevalecendo no Estado, porque a criminalidade é muito grande e quem tem um



poder aquisitivo melhor contrata segurança privada, monitoramento através de cerca elétrica, porque, na parte privilegiada, o que prevalece, o que predomina é o crime contra o patrimônio; e na periferia, é o crime contra a vida. Então, onde existe a classe privilegiada, o poder aquisitivo permite colocar monitoramento de cerca elétrica, de segurança privada, ao passo que na periferia, que é o crime contra a vida, fica-se à mercê da sorte. Então, infelizmente, existe segurança privada para as pessoas, para os executivos, para as empresas, mas é disciplinado pela Polícia Federal. Creio ter respondido às perguntas que me foram formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Dr. José Nivaldo Freitas da Silva, representante da Secretaria de Segurança.

O SR. JOSÉ NIVALDO FREITAS DA SILVA - Senhores membros da CPI; Sra. Deputada Íris; Dra. Fátima, do Ministério Público; colega Marcos; Dra. (*ininteligível*); senhores convidados; amigos da imprensa. Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de colocar aqui, só para dar ênfase também à resposta da Dra. Fátima, que não passa ao largo das preocupações do Governo do Estado essa questão da polícia científica. Eu queria até esclarecer para os senhores, para os membros da CPI, que está em andamento um concurso para médico legista, médico perito criminalista, médico perito legista, auxiliar de perícia, justamente para suprir essas carências. E já existe, já está numa fase... porque a minha parte é mais de polícia, mas essa burocracia no Estado é sempre nesse sentido de cumprir todas as fases para a regionalização... para instalação de 2 IMLs regionais: do Cariri e para a região norte, em Sobral. Então, está bem avançado. E faz parte do plano de governo a interiorização da Polícia Civil... o retorno da interiorização da Polícia Civil. E já está em andamento, parece-me que na segunda ou terceira fase, o concurso para médico legista, para perito criminalista, auxiliar de perícia e a instalação de 2 Institutos Médicos Legais... a estrutura de polícias judiciárias, de polícias científicas na região norte e na região do Cariri. Isso é o que eu gostaria de pontuar. Com relação ao documento que têm aí — inclusive, fizeram alusão ao meu nome, como diretor do DPE —, Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer que, quando passou por mim esse documento, eu coloquei lá justamente a compartimentação que existe nas polícias. Por exemplo, aqui, a atividade fim da Polícia Judiciária... Quer dizer, a polícia que apura os crimes tem um departamento, que é o Departamento de Polícia



Especializada, que subordina às delegacias que apuram furto de veículos, furto de cargas, violência contra a mulher a questão do narcotráfico e essas questões. Então, quando eu fiz alusão, neste documento, de que não estava na área de atuação do DPE, foi uma questão puramente burocrática, certo? Mas existem outros departamentos, como o Departamento de Polícia Metropolitana e o DPI, que apuram a questão dos crimes, porque o DPE — o próprio nome está dizendo, Departamento de Polícia Especializada — tem as suas ações direcionadas para determinadas modalidades criminosas. E gostaria até de esclarecer aqui, Sr. Deputado João Alfredo, que, por questão de praxe, a violência contra a mulher, que é subordinada à delegacia... O departamento que eu represento apura a violência contra a mulher em situação de homicídio. Quando acontece a morte, aí passa a ser de competência da delegacia da área, como é o caso do Cariri, que ficou na regional de Juazeiro, na regional do Crato, e assim vai. Por isso é que o DPE em nenhum momento quis dizer que não existe, pelo fato de não apurar. Não apura pela questão puramente burocrática. A não ser a Divisão de Investigação Criminal, que é um órgão de apoio...

(Não identificado) - Mas eu acho que aí acabou ficando impreciso, porque até parece que não existe. Não tomou conhecimento, não existe.

O SR. JOSÉ NIVALDO FREITAS DA SILVA - Não, não é isso. Então, eu falei na questão burocrática porque, para que a polícia possa funcionar... ela funciona dentro de determinados compartimentos, para que a gente possa dar agilidade e celeridade. Como eu disse — o senhor estava ausente —, o DPI apura todos os crimes acontecidos no interior do Estado, certo? As delegacias especializadas, na verdade, têm uma circunscrição também em todo o Estado do Ceará. Mas, quando existe alguma chacina ou uma série de mortes, não compete diretamente ao DPE. Foi nesse contexto que eu quis falar. A não ser que a Divisão de Investigação Criminal funcione como coadjuvante, auxiliando a delegacia, por exemplo, de Juazeiro, na investigação. Então, gostaria de ressaltar essa questão para ficar bem claro que eu, como diretor do DPE, jamais disse que não acontecia. Mesmo porque teve duas questões aqui, Deputado, que, dentro da transparência... E justamente para que a CPI não saia do Estado do Ceará com essa sensação de que a gente estaria querendo esconder a cabeça feito avestruz, tergiversando sobre situações



críticas, eu gostaria de lembrar aqui ao Deputado a questão da morte das 3 crianças do Pantanal, que... Acusado o quê? O soldado Agenor, policial civil de nome Washington, que hoje é falecido, e o irmão do soldado Agenor, o Luizão, que foi um crime que teve repercussão ampla no Estado do Ceará... no Pantanal, do *(ininteligível)*, justamente para dizer que a gente... até para relembrar isso aqui. O senhor se lembra também da questão do soldado Duarte, responsável pela série de mortes na região, ali, de Maracanaú, que, inclusive, tentou até assassinar o juiz quando de uma audiência. Então, nessa questão, também esse soldado já foi condenado por vários crimes e hoje se encontra recolhido ao IPPS. Então, só para dar essa ênfase e realmente dizer que esse documento deve ter tido, assim, um ruído de informação, na medida em que a Polícia reconhece a existência da prática desses delitos e reconhece também a participação de agentes do Poder Público, como falou um dos membros da CPI. E, na verdade, esse pessoal se encontra preso, está certo? Inclusive, o soldado Washington hoje se encontra recolhido ao IPPS, está certo? Então, eu gostaria de dar esses esclarecimentos para não passar — repito — para a CPI esse sentimento, esse ânimo de querer tergiversar ou de querer esconder uma realidade que está presente. Mesmo que não seja uma prática constante, mas em algumas questões, como a questão do Cariri, a questão que houve aqui no Limoeiro, a questão do Pantanal e a questão do Maracanaú, em nenhum momento a gente quis esconder essa realidade. Inclusive prendendo e indiciando pessoas pertencentes, tanto às forças públicas da polícia, de pessoas que se aproximavam desses membros da força pública para praticar delitos. Isso era o que eu gostaria de esclarecer para a CPI e para os que estão presentes aqui.

A SRA. VANJA FONTENELE PONTES - Sr. Presidente, por favor, uma questão de ordem. Eu sou Vanja Fontenele, sou Promotora de Justiça, estou aqui representando o Conselho Estadual de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pela ordem, tem a palavra V.Sa.

A SRA. VANJA FONTENELE PONTES - Por uma questão de esclarecimento, eu também represento o Ministério Público no Conselho Deliberativo do PROVITA, e eu trago a informação complementar ao que colocou a Dra. Fátima e o Dr. Nivaldo de que algumas dessas testemunhas estão protegidas no programa. E



por uma questão de publicidade, hoje, desta audiência, eu não devo revelar de quais crimes elas têm notícia. Mas é necessário que fique esclarecido que em alguns dos crimes citados aqui há pessoas que estão, hoje, protegidas no programa de proteção. E aproveito, já não mais a questão de ordem, se V.Exa. me permitir, para sugerir que no relatório da CPI seja incluído como sugestão o Programa de Proteção ao Depoente Especial. Todos aqui colocaram que muitas das pessoas se omitem de fazer as revelações porque temem represálias. E, para isso, o Brasil já instituiu o Programa de Proteção, mas ele é específico para as pessoas que não têm nenhum envolvimento com a criminalidade. E nós sabemos que as maiores e as melhores informações, as informações qualificadas a respeito da atuação das organizações criminosas e de crimes como esses estão depositadas em pessoas que estão presas ou, se não estão presas, respondem a processos criminais. A Lei nº 9.807 tem um capítulo especial sobre o depoente especial que já foi objeto de decreto de regulamentação. Então, eu trago essa proposta aqui, neste momento para que ela seja analisada pela CPI e possa, então, ser sugerido aos Estados que criem os seus programas. Apesar de ter mais de um ano de regulamentação, esse programa só existe na Polícia Federal. Nos Estados, nenhum Estado ainda instituiu esse programa. Muito obrigada.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer, porque faltou, numa das colocações que o senhor fez, com relação à questão de policiais civis fazerem trabalho extra. Eu gostaria de esclarecer que o “bico” de policiais civis, como é chamado vulgarmente, é desaconselhável. Mesmo porque a gente até orienta o policial de que esse trabalho feito à margem do seu horário de expediente, da sua função de policial, tem desdobramento com relação à questão até de pensão, já que ele está fora de serviço. Está certo? Então, essa prática tem sido desaconselhada e o policial orientado no sentido de que ele pode também prejudicar até a sua família, na medida em que, se acontecer algo com ele, ele não estaria acobertado pelo Estado, na medida em que ele está fazendo um trabalho fora da sua profissão de policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Gostaria apenas de lembrar aos senhores e senhoras que existem algumas inscrições aqui. A gente vai passar a palavra aos inscritos, mas apenas lembrando o compromisso com a verdade. Nós



estamos aqui reunidos em uma audiência pública gravada, nos trabalhos da CPI. Apenas para lembrar aos senhores e às senhoras o compromisso com a verdade. Passo a palavra ao Sr. Max Swell, do IBRADEC. Não sei se está presente. Tem a palavra V.Sa.

O SR. MAX SWELL VERAS RIBEIRO - Boa-tarde a todos, saúdo a Mesa e todos os presentes, em nome do Deputado Bosco Costa. Vou trazer aqui para esta audiência a nossa preocupação, como instituição, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania. Permita-me ler a nossa preocupação: *O IBRADEC, preocupado com o descaso das autoridades e a banalização, por parte da sociedade, quanto à questão das filas nas calçadas das lojas de rede de Farmácias Pague Menos, dos balcões da empresa Chegue e Pague e das agências lotéricas, de responsabilidade da Caixa Econômica Federal, vem, através desta audiência, expor as violações aos direitos humanos, direitos do consumidor e direitos sociais por parte dos grupos empresarias, denominados de contratantes e das empresas contratadas, os quais celebram convênios, entre si, à revelia dos direitos dos cidadãos e das cidadãs e do bem-estar social como um todo. Todo esse descaso surgiu com a proposta dessas empresas em ofertar serviços de qualidade e de comodidade à sociedade. Porém, o que se vê são serviços de péssima qualidade, sem o mínimo de respeito e dignidade para com os cidadãos e cidadãs de nosso País, tendo em vista esses grupos atuarem em vários Estados da Federação brasileira. A violação dos direitos humanos se dá devido à compreensão mercantilista de direitos humanos, ainda vigente como hegemônica, a qual rompe o lugar da subjetividade, centrado na pessoa, e o joga para o espaço das corporações econômicas. Em decorrência, rompe-se com a idéia de cidadania como elemento constitutivo dos direitos humanos e convertem-se cidadãos e cidadãs em clientes. Ora, cidadania, historicamente, implica reconhecimento de sujeitos de direitos demandantes e institucionalidades públicas, responsáveis por sua satisfação, notadamente circunscritas e dependentes de tradições culturais e de arranjos políticos, centrados nos Estados nacionais e em organismos internacionais por esses patrocinados. Clientes, no entanto, não implicam sujeitos, implicam consumidores que buscam bens para satisfação de necessidades, via de regra criadas pelos próprios agentes econômicos como sobreposição ilusória às*



necessidades humanas básicas, atendidas por agentes privados em relações de troca mediadas pelo valor monetário. Cidadania implica universalidade; consumo implica poder de compra. A lógica do mercado rompe com o princípio fundante da cidadania e dos direitos humanos, passam a deixar de ser direito de cidadania. Chegam a ser confundidos com o direito à livre iniciativa dos agentes econômicos. Um segundo aspecto do ponto de vista conceitual é o de superação de uma leitura geracional e fragmentada dos direitos humanos. A visão de direitos humanos, constituída ao longo da Guerra Fria, foi a de que os direitos civis e políticos são de prestação negativa do Estado e são de realização imediata, contrastando com a idéia de que os direitos econômicos, sociais e culturais são de prestação positiva do Estado e de realização progressiva. Além disso, outra noção que tem sido colocada é a de que direitos humanos não guardam relação com o desenvolvimento e democracia. Essa visão contrasta com uma leitura contemporânea, pós Conferência de Viena de 1993, de que 'direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes e exigem uma ação e um compromisso positivo do Estado para sua realização e uma complementar atuação da sociedade civil; e que direitos humanos, democracia e desenvolvimento precisam estar integrados, no sentido de que a participação da cidadania é componente de efetivação de direitos, e que o desenvolvimento somente tem esse sentido como efetivação das garantias fundamentais elencadas pelos direitos humanos'. É por conta desta visão mercantilista que os serviços ofertados por essas empresas vêm ao longo de mais de uma década expondo todos ao ridículo das longas e demoradas filas as quais obrigam as pessoas a fazerem uso das calçadas públicas sem ofertar-lhes o mínimo de segurança e de dignidade, vêm expondo todos os cidadãos e cidadãs, clientes e funcionários aos mais variados tipos de violências e desrespeito à sua cidadania, onde inúmeras famílias, por fazerem uso dos serviços oferecidos por essas empresas, conheceram e sabem o que é a dor e a angústia de ter perdido seu ente querido em uma dessas famigeradas filas. E a falta de sensibilidade e de compromisso, como o direito à vida do próximo por parte de alguns dirigentes dessas empresas, levou o Ministério Público Federal e o Estadual e o Ministério do Trabalho a investigar em torno desse caso, originando os processos do Ministério do Trabalho em defesa dos funcionários a pedido do Sindicato dos Comerciários de



Fortaleza e um outro no Ministério Público Federal, onde o representante é a OAB, Ceará, e o representado é a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, onde os assuntos tratados são: Farmácias Pague Menos, esquema de segurança clandestino, coincidência das reações homicidas, policiais militares, possível utilização de profissionais de segurança pública. Por tudo isso e compromissado em defender a cidadania no intuito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de nosso povo é que encaminhamos ofícios com cópias dos referidos processos às Comissões de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Defesa Social da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e também à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, que investiga os grupos de extermínio no Nordeste do Brasil, com o propósito de tirar a venda dos olhos de nossos cidadãos e cidadãs quanto à questão em pauta, chamando-os para juntos exigirmos respeito à nossa cidadania, independente das diferenças econômicas que cada um possa ter. Esta é a nossa visão. Agora, eu queria fazer só uma colocação com relação ao que foi exposto. O processo que está na Polícia Federal — consta nos autos — a morte de 13 pessoas, pessoas essas que estariam envolvidas nos assaltos às referidas farmácias aqui citadas. Treze pessoas foram executadas logo após cometerem o assalto em via pública no espaço apenas de 24 meses. Então, a pessoa pratica o assalto e em seguida aparece alguém para exterminá-la. Isso está nos autos. Consta nos autos do processo que está sob a investigação da Polícia Federal. Outro ponto é a falta de interesse da imprensa que, de um certo tempo para cá, deixou de dar cobertura a esses assaltos. Não entendo o porquê. Haja vista, o meu questionamento aqui vai pelo fato de ter ocorrido em 17 de março último, por volta das 9 horas, um assalto em uma dessas lojas da farmácia na Avenida Santos Dumont com Idelfonso Albano, onde houve troca de tiros. O segurança dessa farmácia levou 3 tiros, passou 2 meses internado no IJF e encontra-se hoje em cadeira de rodas, em sua casa, sem assistência. E não saiu nota nenhuma na imprensa local, haja vista que, no mesmo dia em que ocorreu esse assalto, que vitimou esse segurança a ficar em cadeira de rodas, um assalto a uma casa de um advogado foi amplamente noticiado nos jornais. Então, a nossa preocupação é o esquecimento da imprensa, a falta de interesse da imprensa para com o caso específico dessas empresas, que, nós sabemos, têm um poder econômico grande e



que fazem muitas propagandas. Se teria algum vínculo é o nosso questionamento. Por que a falta de interesse da imprensa em noticiar, em divulgar, em mostrar coisas que ela já fazia antes, amplamente divulgadas? A gente pode encontrar, como nós encontramos nos arquivos dos jornais, desde 82 até aqui, inúmeros assaltos. Então, este é o nosso questionamento com relação ao posicionamento da imprensa por conta desses assaltos não serem mais noticiados, divulgados, de forma alguma, na imprensa local. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência solicita ao Sr. Max Swell, se possível, a cópia desse documento que V.Sa. leu porque facilitará nosso trabalho na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele tem um CD também para entregar, não tem, cópia de um CD, não tem?

O SR. MAX SWELL VERAS RIBEIRO - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Existem algumas pessoas inscritas, mas de comum acordo a gente vai suspender a sessão e voltaremos às 14h30min. Mas aproveito, mais uma vez, para agradecer a presença do representante do Ministério Público, ao senhor representante da Secretaria de Segurança Pública e a todos que estiveram aqui, esta manha, na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Está suspensa a presente sessão.